



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A
CNPJ nº 56.106.523/0001-71

1º Semestre de 2026



SUMÁRIO

I.	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	1
II.	Balanço Patrimonial.....	5
III.	Demonstração do Resultado	7
IV.	Demonstração do Resultado Abrangente.....	8
V.	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
VI.	Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
VII.	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores,
ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA
VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A
Belo Horizonte/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A, em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas e aplicáveis às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 9.3 às demonstrações contábeis, que descreve eventos subsequentes relacionados ao aumento do capital social da Companhia. Em 20 de julho de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 3.000.000, integralizado por meio de subscrição privada entre os acionistas, bem como a capitalização da Reserva de Lucros no valor de R\$ 227.592, totalizando R\$ 3.227.592. Em 03 de agosto de 2026, foi protocolado requerimento junto ao Banco Central do Brasil para homologação do referido aumento, elevando o capital social para R\$ 8.727.592. Conforme descrito na referida nota, tais eventos não implicam ajustes nos saldos apresentados em 30 de junho de 2026, mas são relevantes para a adequada compreensão da posição patrimonial e financeira da Companhia. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes

As demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório foi emitido em 19 de março de 2026, sem modificações de opinião.

As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram examinadas por nós, que sobre elas emitimos relatório datado de 28 de outubro de 2025, sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal (RN), 27 de agosto de 2026.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
Auditores independentes
CRC 00113 RN

Olegário Mariano Prestrelo Marinho
Responsável Técnico
Contador CRC/PE nº. 09702 "T" RN

VUEPAY – VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A
CNPJ: 56.106.523/0001-71
BALANÇO PATRIMONIAL
Períodos Findos em 30 de junho de 2026 E 31 de dezembro de 2025
 (Valores em R\$ 1,00)

ATIVO	Nota	1o. Semestre 2026	31/12/2025
Circulante		6.022.437	5.815.326
Disponibilidades	4	26.224	131.674
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	219.926	3.318.949
Títulos e Val. Mobil. e Instr. Financ. Derivativos	5	5.512.195	2.265.623
Relações Interfinanceiras	6	133.197	8.470
Outros Créditos	7	87.125	46.545
Outros Valores e Bens	8	43.770	44.065
Não Circulante		2.130	2.130
Intangível		2.130	2.130
TOTAL DO ATIVO		6.024.567	5.817.456

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VUEPAY – VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A
CNPJ: 56.106.523/0001-71
BALANÇO PATRIMONIAL
Períodos Findos em 30 de junho de 2026 E 31 de dezembro de 2025
(Valores em R\$ 1,00)

PASSIVO	Nota	1o. Semestre 2026	31/12/2025
Circulante		162.053	77.886
Outros Depósitos	6	133.194	8.470
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		21.404	49.404
Diversas		7.455	20.012
Patrimônio Líquido		5.862.514	5.739.571
Capital Social	9.1	5.500.000	5.500.000
Reservas de Lucro	9.2	362.514	239.571
TOTAL DO PASSIVO		6.024.567	5.817.456

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VUEPAY – VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A
CNPJ: 56.106.523/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Valores em R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	Nota	2º Semestre	1º Semestre
		2026	2025
Receita / (despesas) operacionais		138.268	98.079
Rendas com Tít. e Val. Mob. e Inst. Financ. Derivativos	10	340.519	133.858
Despesas Administrativas	11	(186.215)	(22.652)
Aprovisionamento e Ajustes Patrimoniais		-	(6.853)
Outras Despesas Operacionais	12	(16.036)	(6.275)
Resultado antes dos tributos e Contribuição Social		138.268	98.079
Imposto de Renda e Contribuição Social	12/3.7	(35.011)	(23.539)
Provisão para o Imposto de Renda		(22.567)	(14.712)
Provisão para Contribuição Social s/Lucro Líquido		(12.444)	(8.827)
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE		103.257	74.540

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VUEPAY – VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A
CNPJ: 56.106.523/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores em R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	Nota	1º Semestre	1º Semestre
		2026	2025
Resultado Líquido		103.257	74.540
Outros Resultados abrangentes (ORA)		-	-
Itens que podem ser subsequent. reclassif p/o Result.		-	-
Efeito Fiscal		-	-
Ajuste ao valor justo de títulos disponíveis para venda		-	-
Resultado Líquido Abrangente		103.257	74.540

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VUEPAY – VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A
CNPJ: 56.106.523/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores em R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			RESERVA LEGAL	RESERVA PARA EXPANSÃO		
Saldos em 01 de janeiro de 2025		2.000.000	-	-	24.528	2.024.528
Aumento de Capital		100.000	-	-	-	100.000
Lucro Líquido do período		-	-	-	74.540	74.540
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	(2.371)	(2.371)
Saldos em 30 de junho de 2025		2.100.000	-	-	96.698	2.196.698
Mutações no período de 2025		100.000	-	-	72.171	172.170
Saldos em 01 de janeiro de 2026		5.500.000	11.979	227.592	-	5.739.571
Lucro Líquido do período		-	-	-	103.257	103.257
Ajustes de Exercícios Anteriores	9.2	-	-	-	19.686	19.686
Saldos em 30 de junho de 2026		5.500.000	11.979	227.592	122.944	5.862.515
Mutações no período de 2026		-	-	-	122.944	122.944

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VUEPAY – VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A
CNPJ: 56.106.523/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Semestres Findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores em R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	Nota	1o. Semestre 2026	1o. Semestre 2025
Atividades Operacionais			
Resultado Líquido		103.257	74.540
Ajustes de exercícios anteriores	9.2	19.686	(2.371)
Lucro Líquido ajustado		122.943	72.169
Variações nas contas Ativas e Passivas			
Ativas		(165.011)	(55.216)
Redução (aumento) das Relações Interfinanceiras		(124.727)	-
Redução (aumento) de Outros Créditos		(40.579)	(12.151)
Redução (aumento) de Outros Valores e Bens		295	(43.065)
Passivas		84.167	19.344
Aumento (redução) de Outros Depósitos		124.723	
Aumento (redução) Obrigações Fiscais e Previdenciárias		951	7.746
Aumento (redução) Obrigações por Transações de pagamentos		(20.012)	
Aumento (redução) Obrigações Diversas		(28.950)	11.598
Aumento (redução) obrigações diversas		7.455	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		42.099	36.297
Atividades de Investimentos			
Intangível		-	-
Fluxo de Caixa das atividades de Investimentos		-	-
Atividades de Financiamentos			
Aumento de capital		-	100.000
Fluxo de Caixa das Atividades de financiamentos		-	100.000
Variação Líquida no Caixa		42.099	136.297
Caixa no início do período		5.716.246	2.024.528
Caixa no final do período		5.758.345	2.160.825
Aumento (Redução) de caixa e Equivalente de Caixa		42.099	136.297

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

VUEPAY – VUE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A

CNPJ 56.106.523/0001-71

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025.**

(Valores expressos em R\$ 1,00)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vue Instituição de Pagamento S.A. (“Vuepay”) com sede em Belo Horizonte/MG, Avenida Barão Homem de Melo, nº 4386 Sala 910, Estoril, CEP 30494-270, foi constituída em 26 de julho de 2024. A Companhia tem como atividades a prestação de serviços voltados ao suporte e à intermediação de serviços financeiros, incluindo operações auxiliares não especificadas anteriormente, como representação de instituições financeiras e prestação de serviços correlatos. Atua também na estruturação de soluções financeiras alternativas, abrangendo a emissão e gestão de benefícios como vales-alimentação, vales-transportes e similares. Além disso, realiza serviços de agenciamento e intermediação de negócios em geral.

A Vuepay IP obteve, em 31 de janeiro de 2025, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade como emissora de moeda eletrônica, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (“SPB”), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

De acordo com Resolução BCB nº 2/20 e alterações Resolução BCB nº 367/24 e Resolução BCB Nº 553, de 3 de Março de 2026, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas demonstrações contábeis, seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de demonstrações contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações de patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

Os critérios contábeis oriundos desta resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil. A elaboração segue os princípios da Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo próprio BACEN, incluindo as Resoluções CMN nº 4.818/2020, BCB nº 2/2020 e BCB nº 352/2023. O modelo contábil adotado está alinhado ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As normas internacionais de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que ainda não foram incorporadas pelo BACEN não foram aplicadas. Apenas os pronunciamentos já homologados pelo BACEN foram considerados na elaboração destas demonstrações.

3.2. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, reconhecendo receitas e despesas no período em que são geradas, de forma simultânea quando relacionadas, independentemente do recebimento ou pagamento efetivo.

3.3. Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa

A Vuepay mantém recursos em conta movimento de Bancos e em aplicações financeiras de alta liquidez com o objetivo de atender às necessidades operacionais de curto prazo, sem finalidade de investimento ou outro uso específico.

São considerados equivalentes de caixa as aplicações que podem ser convertidas rapidamente em dinheiro, com risco insignificante de alteração de valor.

Nas demonstrações financeiras referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os saldos em conta movimento de Bancos e em aplicações interfinanceiras de liquidez, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020.

3.4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados conforme os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 4.966/2021, considerando o modelo de negócios adotado pela instituição para a gestão dos ativos financeiros e as características contratuais dos respectivos fluxos de caixa, nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: Inclui ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos devem corresponder exclusivamente a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas previamente estabelecidas.

Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Abrange ativos financeiros geridos para gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo, com transferência substancial de riscos e benefícios.

Os fluxos de caixa devem se limitar a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas.

Valor Justo no Resultado (VJR): Compreende os demais ativos financeiros que não atendem às condições das categorias anteriores.

3.5. Intangível

As licenças de software são registradas como ativos intangíveis com base nos custos incorridos para aquisição e preparação para uso. Esses valores são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil estimada de cinco anos, ou conforme o prazo contratual de concessão estabelecido com o fornecedor, quando este for inferior. Os custos relacionados à manutenção de software são reconhecidos como despesa quando incorridos.

3.6. Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme a Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, artigo 34, os resultados devem ser divulgados de forma segregada entre recorrentes e não recorrentes. Considera-se resultado não recorrente aquele que não se relaciona, ou se relaciona apenas de forma incidental, às atividades típicas da instituição e que não se espera ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3.7. Imposto de renda e contribuição social e demais Impostos Federais – correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável do exercício, que difere do lucro contábil por excluir receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em períodos distintos, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real trimestral com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações. A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável – Real acrescido do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 60.000 por trimestre de apuração. A provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ajustado é calculado à alíquota de 9%;

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades – Banco conta movimento	26.224	131.674
Aplic. Interfinanceiras de Liquedez	219.926	3.318.949
Total	246.150	3.450.623

Os recursos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender às necessidades operacionais e de liquidez de curto prazo da Instituição e compreendem saldos disponíveis em contas bancárias e aplicações de liquidez imediata, conforme aplicável.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$ 246.150, comparativamente a R\$ 29.430 em 30 de junho de 2025, evidenciando o aumento dos recursos disponíveis para suporte às operações da Instituição no período.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Tít. e Val. Mobil. e Instr. Financ. Derivativos		
Cotas de Fundo de Renda Fixa – Bradesco	5.512.195	2.265.623

Em 30 de junho de 2026, os títulos e valores mobiliários totalizavam R\$ 5.512.195, comparativamente a R\$ 2.265.623 em 31 de dezembro de 2025. Os valores referem-se substancialmente a aplicações em cotas do fundo de investimento Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Max.

O referido fundo é classificado como renda fixa referenciada ao CDI, com baixa duração e grau de investimento. A aplicação tem como objetivo a preservação do capital e a obtenção de rentabilidade compatível com as taxas de juros praticadas

no mercado de depósitos interbancários, por meio de investimentos predominantemente vinculados ao mercado doméstico de taxas de juros.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Relações Interfinanceiras		
Créditos Vinculads	133.197	8.470

Em 30 de junho de 2026, o saldo registrado em Relações Interfinanceiras totalizava R\$ 133.197, comparabilidade com o correspondente em 31 de dezembro de 2025.

O montante refere-se aos recursos mantidos junto ao Banco Central do Brasil relacionados aos saldos de moeda eletrônica existentes em contas de pagamento pré-pagas, observada a regulamentação aplicável. Tais recursos constituem patrimônio separado e não se confundem com o patrimônio da Instituição, nos termos do artigo 12 da Lei nº 12.865/2013.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Outros Depósitos	133.194	8.470
Saldos de Livre Movimentação	133.197	8.470

Os recursos de livre movimentação referem-se aos valores correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento pré-pagas, disponíveis para livre movimentação pelos usuários titulares dessas contas.

7. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Correntes	87.125	46.545
Imposto de Renda a Recuperar – Rend. Financeiros	87.125	46.545
	30/06/2026	31/12/2025
Passivos Correntes	3.169	3.164
PIS	443	443
COFINS	2.726	2.721

Em 30 de junho de 2026, os ativos fiscais totalizavam R\$ 87.125, comparativamente a R\$ 46.545, em 31 de dezembro de 2025, e referem-se integralmente a valores de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, passíveis de compensação nos termos da legislação tributária aplicável.

Na mesma data, os passivos fiscais relacionados ao PIS/PASEP e à COFINS totalizavam R\$ 3.164, sendo R\$ 443 referentes ao PIS/PASEP e R\$ 2.726 à COFINS. Em 31 de dezembro de 2025, essas obrigações totalizavam R\$ 3.164, sendo R\$ 443 de PIS/PASEP e R\$ 2.721 de COFINS.

8. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Outros Créditos	43.770	44.065
Intangíveis	43.770	44.065

Os saldos registrados no ativo intangível referem-se substancialmente à licença de uso do software C&M, contratado como provedor de serviços de tecnologia da informação (PSTI), utilizado pela Instituição para viabilizar o acesso à infraestrutura do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. Capital Social

Em 30 de junho de 2026, o capital social da Instituição, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 5.500.000, representado por 5.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2025, o capital social totalizava R\$ 2.100.000, representando incremento de R\$ 3.400.000 entre os períodos comparativos.

9.2. Reservas de Lucros

Em 30 de junho de 2026, o saldo apresentado no grupo de reservas de lucros e resultados acumulados totalizava R\$ 362.514, comparativamente a R\$ 96.697 em 30 de junho de 2025.

A composição do saldo em 30 de junho de 2026 contempla:

- R\$ 11.979 referentes à Reserva Legal, constituída em conformidade com o estatuto social e com a legislação societária aplicável;
- R\$ 227.592 referentes à Reserva para Expansão;
- R\$ 19.686 relativos ao ajuste de exercícios anteriores decorrente da correção de provisão duplicada de Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao terceiro trimestre de 2025; e
- R\$ 103.257 referentes ao resultado líquido apurado no primeiro semestre de 2026.

Os efeitos das movimentações ocorridas no período estão apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

9.3. Eventos Subsequentes

Em 20 de julho de 2026, a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pelo aumento do capital social no valor de R\$ 3.000.000, integralizado por meio de subscrição privada entre os acionistas, e pela capitalização da Reserva de Lucros no montante de R\$ 227.592, totalizando R\$ 3.227.592. Com isso, o capital social passará de R\$ 5.500.000 para R\$ 8.727.592.

Em 03 de agosto de 2026, a Companhia protocolizou requerimento junto ao Banco Central do Brasil solicitando a homologação do referido aumento de capital, conforme exigências da Resolução Conjunta nº 14/2025 e da Resolução BCB nº 517/2025. Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o processo encontra-se em análise pelo órgão regulador.

Esses eventos não geram ajustes nos saldos patrimoniais e de resultado apresentados em 30 de junho de 2026, mas são considerados relevantes para a adequada compreensão da posição patrimonial e financeira da Companhia.

10. RECEITAS

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de aplicações - CDB	25.912	-
Rendas de aplicações - Fundo Bradesco	308.051	133.858
Rendas de créditos vinculados ao Banco Central	6.554	-
Outras	3	-
Total	340.519	133.858

As receitas da Instituição são compostas substancialmente por rendimentos decorrentes da aplicação de seus recursos financeiros. No primeiro semestre de 2026, destacam-se as rendas provenientes das aplicações no Fundo Bradesco, além dos rendimentos de Certificados de Depósito Bancário (CDB) e de créditos vinculados ao Banco Central do Brasil.

No primeiro semestre de 2025, as receitas financeiras estavam concentradas nas aplicações mantidas no Fundo Bradesco, evidenciando maior diversificação das fontes de rendimentos financeiros no período corrente.

11. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas totalizaram R\$ 186.215 no primeiro semestre de 2026, comparativamente a R\$ 22.652 no mesmo período de 2025.

A elevação observada entre os períodos decorre principalmente do maior volume de despesas com serviços de terceiros, serviços técnicos especializados, comunicações, serviços do sistema financeiro e remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração, conforme detalhado no quadro a seguir.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de Aluguéis	10.000	-
Despesas de Comunicações	21.996	284
Despesas de Honorários	-	14.952
Diretoria e Conselho de Administração	20.042	-
Previdência Social	4.080	-
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	12.246	1.079
Despesas de Serviços de Terceiros	98.514	2.018
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	14.435	3.200
Outras Despesas Administrativas	4.902	1.119
Total	186.215	22.652

12. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Em grande maioria, formadas por despesas tributárias reconhecidas no primeiro semestre de 2026, compreendem, das contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre as receitas da Instituição, bem como o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes sobre o lucro tributável do período.

As despesas com PIS/PASEP e COFINS totalizaram R\$ 15.834 no primeiro semestre de 2026, comparativamente a R\$ 6.274 no mesmo período de 2025. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro totalizaram R\$ 35.011 no período corrente.

Os montantes são reconhecidos na Demonstração do Resultado de acordo com a natureza dos respectivos tributos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Despesa de contribuição ao cofins	13.621	5.397
Despesa de contribuição ao pis/pasep	2.213	877
Outras despesas	202	-
	16.036	6.274
Impostos e contribuições sobre lucros	35.011	23.539
Total	51.047	29.813



Cass

AUDITORES INDEPENDENTES

 (84) 98873-0377

 (84) 99999-9271

 @cassauditores

 lp.cassauditores.com.br

Rua Raimundo Chaves, 2182 – Candelária
Empresarial Candelária, Sala 501
CEP 59.064-390, Natal/RN
CNPJ: 24.519.787/0001-60